

14-03-2019

Santa Luzia, quatorze de março de dois mil e dezenove. Ata referente a reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada na Casa dos Conselhos, sala trinta e oito da Prefeitura Municipal de Santa Luzia. Esteve presentes: Luciene Gonzaga Secretária executiva dos conselhos, Andréia Carvalho da APAE atualmente como Presidente do Conselho, Jéssica Faedda Divina Providência São Cosme, Mauro Fonseca da Creche Nossa Senhora da Paz, Sandra Maria do Instituto São Jerônimo, Jadson Willian da SECULT, Rosângela Maria do CEMA, Geraldo Marques e José Marques do Estrela Futebol Clube, Adalzito Neves do Seara de Luz, Carlos Antônio da Creche Padre Germano, Júlio César da CASBE, Maria Veriana Batista da Creche Irmã Fabíola, José Carlos Neto da Divina Providência bairro Adeodato, André Vitor da Paixão da Secretaria de Educação, Lucimar da Penha da Secretaria de Saúde, Katia Cilene G. dos Santos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, os Conselheiros Tutelar da Sede e Distrito Rosângela Olívia, Simone Maduro, Crislaine Marques, Vinicius Rodrigo, Shirley Silva, Patrícia Santos e Ana Cristina Martins. A reunião iniciou as nove horas pela atual Presidente do Conselho Andréia Carvalho que se apresentou e pediu a colaboração de todos. Em sequência apresentou a pauta da reunião sendo ela a aprovação da resolução da eleição do Conselho Tutelar e a formação de comissões do Conselho Tutelar, do FIA e da legislação do CMDCA. Tomando a palavra Luciene disse que a resolução já foi aprovada no dia sete de dezembro de dois mil e dezoito, mas houve mudanças de pessoas e será preciso reformular e fazer um adendo na mesma. Também falou que a empresa ganhadora de prestação de serviços para as eleições do Conselho Tutelar de Santa Luzia foi a IBGP por cobrar o menor valor para a prestação do serviço e que já foi feito em esboço do edital e do cronograma. Sugeriu também que a comissão olhe o edital e para aprovação fizesse como antes era feito para não precisar levar em plenária ou fazer uma outra reunião para aprovação do mesmo, acrescentou que o prazo está limitado. Júlio complementa dizendo que a fala da Luciene é necessária pois o prazo para publicação se ele não se engana é até dia vinte. Andréia e Luciene diz que é até dia dezenove. Patrícia do Conselho Tutelar solicitou a palavra e disse que conversou com a Doutora Paula e ela orientou não deixar a eleição correr aleatoriamente, que deverá ser colocado no edital o que os conselheiros querem para depois os mesmos não requerer coisas que aceitaram daquele jeito. Quis saber também que dia iriam sentar para falar de seus salários porque já estão com advogado para se necessário parar a eleição, pois os conselheiros não vão deixar correr como foi esse mandato de quatro anos. Falou que eles estão pagando do próprio bolso a passagem para irem trabalhar e com um salário baixo. Exigiu sentar com o conselho para discutirem esses valores juntos e que não irão deixar o edital sair sem essas condições. Andréia diz que talvez seja uma dúvida dela e pergunta se salário e vale transporte sai no edital. Ao que os conselheiros responde que sim, salário e benefícios. Júlio diz que quem decide se sai somos nós o conselho, que tem Cidades que cita isso e Cidades que não. Os conselheiros tutelares afirmam que o que não sai no edital depois não pode ser exigido. Veriana fala que em dois mil e quatorze o conselho sentou e ficou definido em resolução que é direito do conselho tutelar receber passagem e também o salário atualizado, acrescenta que ficou documentado. Júlio diz que é uma discussão para a comissão e o conselho tutelar precisa estar presente e que também acredita que quem pode discutir a questão salarial do conselho é o Secretário e se ficar definido coloca no edital. Rosângela do Conselho tutelar pede para abrir mais um conselho tutelar devido a demanda da Cidade.

Andréia diz que essa discussão é pauta para uma outra reunião e que o que precisamos discutir no momento é o edital, que precisamos decidir a comissão para avaliarmos juntos o mesmo que já está em cima da hora, que para os outros assuntos teremos que marcar uma outra reunião devido as datas que precisamos cumprir. Júlio diz que para abrir um outro conselho é necessário fazer um diagnóstico, que o mesmo é que aponta a necessidade de abrir novos conselhos. Luciene diz que não temos tempo de modificar a lei, que não temos tempo hábil para fazer uma proposta de mudança na câmara. Cátia fala sobre o papel do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e que a eleição do conselho tutelar ela é nacional e que não temos que paralisar uma eleição para podermos discutir questões sobre as situações trabalhistas dos conselheiros tutelares, pois ela é paralela. Cátia sugeria criação de uma comissão para esses fins e que o conselho tutelar pode ter um representante e assim pode-se tentar organizar uma negociação com a própria gestão. Ela não acha isso um problema, diz que não é estar ou não no edital, pode ter várias coisas no edital que depois possa precisar de uma negociação. Segue esclarecendo que a questão salarial foi colocada baseada na lei, mas é algo passível de ser negociado, como também o vale transporte. Acrescenta também a dificuldade financeira que se encontra a Prefeitura, porém diz novamente que acredita que ter uma comissão pode ajudar a todos a terem uma resposta mais precisa e deixa claro que será uma luta permanente e mostra acreditar que uma comissão de condições de trabalho para o conselho tutelar é importante. Vinícius conselheiro do Distrito solicita a palavra e diz que concorda que a situação financeira está com problemas, mas acredita que se não constar no edital não vai haver respaldo, mesmo com comissão, diz que valorização salarial e vale transporte é um direito e não um benefício, que é importante estar descrito no edital, que se não constar no mesmo depois vai ser difícil conseguir receber os valores adequados. Rosângela e Crislaine também expõe suas insatisfações com o salário defasado e que o valor acordado a quase um ano na câmara os conselheiros não recebem, pedem que o edital seja bem elaborado. Lucilene diz que entende, mas que hoje estamos impossibilitados de resolver isso e pede que discutimos sobre a eleição nova. Júlio diz que todo o processo antes de ser publicado precisa ir para o promotor, para a vara da infância. Luciene diz que a mesma não atesta. Andréia complementa que só temos três dias. Júlio diz que sabe da gravidade da situação, mas não podemos pecar em assumir a responsabilidade. Cátia diz que todos os recursos do fundo e outros cabe uma fiscalização do CMDCA, explica que sobre a reivindicação do recurso da manutenção do conselho tutelar vale a pena os conselheiros tutelares estarem sempre presentes nas reuniões. Os conselheiros insistem que só o que está no edital é que pode ser cobrado, diz que isso foi o que a promotora disse. Júlio diz que tem que discutir isso até sexta-feira para colocar no edital e que estamos falando de prioridades que são as crianças e adolescentes. Ele acrescenta que no edital tem que estar bem detalhados os benefícios de direito. Luciene diz que as angústias são legítimas, mas no momento temos que seguir a lei e sugere formarmos a comissão. Andréia diz que vamos fazer tudo baseado na lei, nada no achismo. Em seguida foi criada a comissão do conselho tutelar ficando como integrantes: Veriana da creche Irmã Fabíola, Andréia da APAE, Júlio da CASBE, Cátia da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Gleuber da Secretaria financeira e Lucimar da Secretaria de Saúde. Luciene pede que a comissão seja ativa, que os integrantes não falem as reuniões. Na comissão para o FIA ficou os seguintes integrantes: Júlio da CASBE, José Carlos da Divina

Providência Adeodato, Andreia da APAE, Mauro da creche Nossa Senhora da Paz, Gleuber da Secretaria Financeira, Catia da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Veriana da creche Irmã Fabíola e Jéssica da Divina Providência São Cosme. Para a comissão de legislação do CMDCA estão como integrantes: Júlio da CASBE, José Carlos da Divina Providência Adeodato, Andreia da APAE, Mauro da creche Nossa Senhora da Paz, Gleuber da Secretaria Financeira, Catia da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Veriana da creche Irmã Fabíola e Jéssica da Divina Providência São Cosme. Após aprovação foi agendado a reunião da comissão do conselho tutelar com o objetivo de avaliar o edital para o dia dezoito de março de dois mil e dezenove as nove horas na casa dos conselhos. Júlio pede a presença do Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania na reunião da comissão segunda-feira. Dando sequência Cátia lê a proposta de cronograma da eleição dos conselheiros tutelares. Ana Cristina conselheira tutelar expõe mais uma vez sua insatisfação quanto as condições de trabalho e a posição do CMDCA quanto a isso. José Marcos do Estrela futebol clube solicita a palavra e pergunta a Presidente Andréia sobre um projeto que liberou verba e que não foi comunicado pelo conselho e que gostaria de participar. Andreia diz que vai verificar com a Secretaria de Esporte sobre o projeto, pois a mesma não tem conhecimento do mesmo e que pode ser uma proposta de pauta para a próxima reunião. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a reunião ás onze horas onde eu Jéssica Faedda redigi e transcrevi a presente ata, que após lida e concordada será assinada por mim e a todos presentes.

14.03.2019

~~Santa~~ Luzia, quatorze de março de dois mil e dezenove. Ata referente a reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada na Casa dos Conselhos, sala trinta e oito da Prefeitura Municipal de Santa Luzia. Esteve presentes: Luciene Gonzaga Secretária executiva dos conselhos, Andréia Carvalho da APAE atualmente como Presidente do Conselho, Jéssica Faedda Divina Providência São Cosme, Mauro Fonseca da Creche Nossa Senhora da Paz, Sandra Maria do Instituto São Jerônimo, Jadson Willian da SECULT, Rosângela Maria do CEMAS, Geraldo Marques e José Marques do Estrela Futebol Clube, Adalberto Neves do Seara de Luz, Carlos Antônio da Creche Padre Germano, Júlio César da CASBE, Maria Veriana Batista da Creche Irmã Fabíola, José Carlos Neto da Divina Providência bairro Adeodato, André Vitor da Paixão da Secretaria de Educação, Lucimar da Penha da Secretaria de Saúde, Katia Cilene G. dos Santos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, os Conselheiros Tutelar da Sede e Distrito: Rosângela Olívia, Simone Maduro, Crislaine Marques, Vinicius Rodrigo, Shirley Silva, Patrícia Santos e Ana Cristina Martins. A reunião iniciou as nove horas pela atual Presidente do Conselho Andréia Carvalho que se apresentou e pediu a colaboração de todos. Em sequência apresentou a pauta da reunião sendo ela a aprovação da resolução da eleição do Conselho Tutelar e a formação de comissões do Conselho Tutelar, do FIA e da legislação do CMDCA. Tomando a palavra Luciene disse que a resolução já foi aprovada no dia sete de dezembro de dois mil e dezoito, mas houve mudanças de pessoas e será preciso reformular e fazer um adendo na mesma. Também falou que a empresa ganhadora de prestação de serviços para as eleições do Conselho Tutelar de Santa Luzia foi a IBGP por cobrar o menor valor para a prestação do serviço e que já foi feito em esboço do edital e do cronograma. Sugeriu também que a comissão lhee o edital e para aprovação fizesse como antes era feito para não precisar levar em plenária ou fazer uma outra reunião para aprovação do mesmo, acrescentou que o prazo está limitado. Júlio complementa dizendo que a fala da Luciene é necessária pois o prazo para publicação se ele não se engana é até dia vinte. Andreia e Luciene diz que é até dia dezenove. Patrícia do Conselho Tutelar solicitou a palavra e disse que conversou com a Doutora Paula e ela orientou não deixar a eleição correr aleatoriamente, que deverá ser colocado no edital o que os conselheiros querem para depois os mesmos não requerer coisas que aceitaram daquele jeito. Quis saber também que dia iriam sentar para falar de seus salários porque já estão com advogado para se necessário parar a eleição, pois os conselheiros não vão deixar correr como foi esse mandato de quatro anos. Falou que eles estão pagando do próprio bolso a passagem para irem trabalhar e com um salário baixo. Exigiu sentar com o conselho para discutirem esses valores juntos e que não irão deixar o edital sair sem essas condições. Andréia diz que talvez seja uma dúvida dela e pergunta se salário e vale transporte sai no edital. Ao que os conselheiros responde que sim, salário e benefícios. Júlio diz que quem decide se sai somos nós o conselho, que tem Cidades que cita isso e Cidades que não. Os conselheiros tutelares afirmam que o que não sai no edital depois não pode ser exigido. Veriana fala que em dois mil e quatorze o conselho sentou e ficou definido em resolução que é direito do conselho tutelar receber passagem e também o salário atualizado, acrescenta que ficou documentado. Júlio diz que é uma discussão para a comissão e o conselho tutelar precisa estar presente e que também acredita que quem pode discutir a questão salarial do conselho é o Secretário e se ficar definido coloca no edital. Rosângela do Conselho tutelar pede para abrir mais um conselho tutelar devido a demanda da Cidade

Andréia diz que essa discussão é pauta para uma outra reunião e que o que precisamos discutir no momento é o edital, que precisamos decidir a comissão para avaliarmos juntos o mesmo que já está em cima da hora, que para os outros assuntos teremos que marcar uma outra reunião devido as datas que precisamos cumprir. Júlio diz que para abrir um outro conselho é necessário fazer um diagnóstico, que o mesmo é que aponta a necessidade de abrir novos conselhos. Luciene diz que não temos tempo de modificar a lei, que não temos tempo hábil para fazer uma proposta de mudança na câmara. Cátia fala sobre o papel do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e que a eleição do conselho tutelar ela é nacional e que não temos que paralisar uma eleição para podermos discutir questões sobre as situações trabalhistas dos conselheiros tutelar, pois ela é paralela. Cátia sugeria criação de uma comissão para esses fins e que o conselho tutelar pode ter um representante e assim pode-se tentar organizar uma negociação com a própria gestão. Ela não acha isso um problema, diz que não é estar ou não no edital, pode ter várias coisas no edital que depois possa precisar de uma negociação. Segue esclarecendo que a questão salarial foi colocada baseada na lei, mas é algo passível de ser negociado, como também o vale transporte. Acrescenta também a dificuldade financeira que se encontra a Prefeitura, porém diz novamente que acredita que ter uma comissão pode ajudar a todos a terem uma resposta mais precisa e deixa claro que será uma luta permanente e mostra acreditar que uma comissão de condições de trabalho para o conselho tutelar é importante. Vinícius conselheiro do Distrito solicita a palavra e diz que concorda que a situação financeira está com problemas, mas acredita que se não constar no edital não vai haver respaldo, mesmo com comissão, diz que valorização salarial e vale transporte é um direito e não um benefício, que é importante estar descrito no edital, que se não constar no mesmo depois vai ser difícil conseguir receber os valores adequados. Rosângela e Crislaine também expõe suas insatisfações com o salário defasado e que o valor acordado a quase um ano na câmara os conselheiros não recebem, pedem que o edital seja bem elaborado. Lucilene diz que entende, mas que hoje estamos impossibilitados de resolver isso e pede que discutimos sobre a eleição nova. Julio diz que todo o processo antes de ser publicado precisa ir para o promotor, para a vara da infância. Luciene diz que a mesma não atesta. Andréia complementa que só temos três dias. Julio diz que sabe da gravidade da situação, mas não podemos pecar em assumir a responsabilidade. Catia diz que todos os recursos do fundo e outros cabe uma fiscalização do CMDCA, explica que sobre a reivindicação do recurso da manutenção do conselho tutelar vale a pena os conselheiros tutelares estarem sempre presentes nas reuniões. Os conselheiros insistem que só o que está no edital é que pode ser cobrado, diz que isso foi o que a promotora disse. Júlio diz que tem que discutir isso até sexta-feira para colocar no edital e que estamos falando de prioridades que são as crianças e adolescentes. Ele acrescenta que no edital tem que estar bem detalhados os benefícios de direito. Luciene diz que as angústias são legítimas, mas no momento temos que seguir a lei e sugere formarmos a comissão. Andréia diz que vamos fazer tudo baseado na lei, nada no achismo. Em seguida foi criada a comissão do conselho tutelar ficando como integrantes: Veriana da creche Irmã Fabíola, Andréia da APAE, Júlio da CASBE, Catia da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Gleuber da Secretaria financeira e Lucimar da Secretaria de Saúde. Luciene pede que a comissão seja ativa, que os integrantes não falem as reuniões. Na comissão para o FIA ficou os seguintes integrantes: Júlio da CASBE, José Carlos da Divina

Providência Adeodato, Andreia da APAE, Mauro da creche Nossa Senhora da Paz, Gleuber da Secretaria Financeira, Catia da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Veriana da creche Irmã Fabíola e Jéssica da Divina Providência São Cosme. Para a comissão de legislação do CMDCA estão como integrantes: Júlio da CASBE, José Carlos da Divina Providência Adeodato, Andreia da APAE, Mauro da creche Nossa Senhora da Paz, Gleuber da Secretaria Financeira, Catia da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Veriana da creche Irmã Fabíola e Jéssica da Divina Providência São Cosme. Após aprovação foi agendado a reunião da comissão do conselho tutelar com o objetivo de avaliar o edital para o dia dezoito de março de dois mil e dezanove as nove horas na casa dos conselhos. Júlio pede a presença do Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania na reunião da comissão segunda-feira. Dando sequência Cátia lê a proposta de cronograma da eleição dos conselheiros tutelares. Ana Cristina conselheira tutelar expõe mais uma vez sua insatisfação quanto as condições de trabalho e a posição do CMDCA quanto a isso. José Marcos do Estrela futebol clube solicita a palavra e pergunta a Presidente Andréia sobre um projeto que liberou verba e que não foi comunicado pelo conselho e que gostaria de participar. Andreia diz que vai verificar com a Secretaria de Esporte sobre o projeto, pois a mesma não tem conhecimento do mesmo e que pode ser uma proposta de pauta para a próxima reunião. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a reunião ás onze horas onde eu Jéssica Faedda redigi e transcrevi a presente ata, que após lida e concordada será assinada por mim e a todos presentes.